

Carlos Henrique Abrão

Processo Eletrônico

Processo Digital

4ª Edição

Revista, Atualizada e Ampliada

SÃO PAULO
EDITORIA ATLAS S.A. – 2015

© 2011 by Editora Atlas S.A.

1ª edição: Juarez de Oliveira, 2009

2ª edição: Revista dos Tribunais, 2010; 3. ed. 2011; 4. ed. 2015



Capa: Nilton Masoni

Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Abrão, Carlos Henrique

Processo eletrônico: processo digital / Carlos Henrique Abrão. – 4. ed.
rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-9517-7

1. Comércio eletrônico 2. Internet (rede de computadores) 3. Processo eletrônico – Leis e legislação I. Título.

11-06542

CDU-347.9:004.738.5 (094)

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo eletrônico : Leis : Processo civil 347.9:004.738.5 (094)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.

Rua Conselheiro Nébias, 1384

Campos Elísios

01203 904 São Paulo SP

011 3357 9144

atlas.com.br

Sumário

Apresentação à 4ª edição, xi

Prefácio à 1ª edição, xiii

Introdução, 1

1 As Inovações do Processo Eletrônico, 3

- 1.1 Revolução cibernética e campo jurídico, 3
- 1.2 Da revolução digital, 6
- 1.3 Criação de sistema funcional padrão, 8
- 1.4 Os preceitos da Lei 11.419/2006, 8
- 1.5 Regras práticas e desenho do seu alcance, 10

2 O Litígio Digital, 15

- 2.1 Criação e desenvolvimento do processo eletrônico, 15
- 2.2 Rede e conceito do sistema informatizado, 16
- 2.3 Formação e desenvolvimento do processo, 19
- 2.4 Recebimento da inicial e análise, 20
- 2.5 Petição eletrônica e cadastro, 21

3 Dos Atos Processuais Eletrônicos, 25

- 3.1 Sistema, rede e dados eletrônicos, 25
- 3.2 Boletim de Justiça Eletrônico, 28
- 3.3 Intimação e prazos processuais, 29
- 3.4 Contagem do prazo e intimação pessoal, 31

- 3.5 Desenvolvimento processual e etapas, 32
- 4 O Conteúdo da Ação, 38**
 - 4.1 Sistema e rede mundial, 38
 - 4.2 Armazenamento e meios de prova, 41
 - 4.3 Exceções e meios processuais, 43
 - 4.4 Do rito e forma do procedimento, 44
 - 4.5 Processamento eletrônico e despachos, 48
- 5 Processo Cível, Trabalhista, Criminal e Juizado, 54**
 - 5.1 Regras do processo cível, 54
 - 5.2 Normas do processo trabalhista, 61
 - 5.3 Meio eletrônico e processo criminal, 65
 - 5.4 Digitalização e Juizado Especial, 69
 - 5.5 Vantagens da legislação e riscos, 73
- 6 Perspectivas do Processo Eletrônico, 78**
 - 6.1 O papel do Conselho Nacional de Justiça, 78
 - 6.2 Processo eletrônico, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, 81
 - 6.3 Processo eletrônico e o Supremo Tribunal Federal, 87
 - 6.4 Processo eletrônico e as Justiças Estaduais, 90
 - 6.5 Processo eletrônico e a Justiça Federal, 92
- 7 A Responsabilidade e o Processo Eletrônico, 95**
 - 7.1 O papel das partes e a responsabilidade, 95
 - 7.2 O serviço judicial e seu funcionamento, 97
 - 7.3 A formatação do modelo e sua universalização, 100
 - 7.4 O Estado-juiz e o sistema eletrônico, 102
 - 7.5 Responsabilidade subjetiva e objetiva, 104
- 8 O Superior Tribunal de Justiça e a Resolução 1/2010, 108**
 - 8.1 O dinamismo do Superior Tribunal de Justiça, 108
 - 8.2 O processo eletrônico e seu modelo, 109
 - 8.3 O acesso e o cadastramento na estrutura processual, 110

8.4 Requerimentos *on line*, 110

8.5 Petições e arquivos, 111

9 O Supremo Tribunal Federal e a Resolução 427/2010, 113

9.1 A disciplina normativa do Supremo Tribunal Federal, 113

9.2 Extinção do processo papel, 114

9.3 Remessa *on line* obrigatória, 115

9.4 Adaptação dos tribunais e unificação dos procedimentos, 115

9.5 Recursos e processos originários, 116

10 O Processo Eletrônico no Novo CPC, 118

10.1 A reforma do CPC, 118

10.2 A unificação do procedimento eletrônico, 121

10.3 Informatização do sistema e padronização reguladora, 124

10.4 O processo eletrônico digital, 127

10.5 Segurança no sistema e cooperação profissional, 129

10.6 Processo eletrônico e o novo CPC, 136

Jurisprudência, 143

Anexos, 157

Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006, 157

Resolução nº 185, de 18 de dezembro de 2013, 166

Resolução nº 427, de 20 de abril de 2010, 184

Resolução STJ nº 14, de 28 de junho de 2013, 192

Resolução nº 1, de 10 de fevereiro de 2010 do STJ, 199

Portaria nº 220, de 31 de julho de 2009 do STJ, 204

Resolução/PRESI 600-26, de 7 de dezembro de 2009, 206

Resolução nº 17, de 26 de março de 2010, 211

Resolução nº 551/2011, 230

Bibliografia, 237